



Câmara Criminal

ACÓRDÃO

PROC. Nº 15674

RÉUS: [REDACTED]
[REDACTED]

Acordam em nome do povo:

I - RELATÓRIO

No Tribunal Provincial do Kuando - Kubango mediante querela do Digno Magistrado do Ministério Público, foram pronunciados como autores materiais do crime de **Homicídio qualificado**, previsto e punível pelo artigo 351.º do Código Penal, os réus:

[REDACTED], Solteiro, de [REDACTED], nascido a [REDACTED], natural de [REDACTED], província do Kuando - Kubango, filho de [REDACTED] e de [REDACTED], residente antes de preso em [REDACTED].

[REDACTED], solteiro, de [REDACTED], nascido a 20 de Maio de 1965, natural de [REDACTED], província do Kuando Kubango, filho de [REDACTED] e de [REDACTED], residente nesta cidade, bairro [REDACTED].

[REDACTED], solteiro, de [REDACTED], nascido a 10 de Junho de 1958, natural de [REDACTED], província de Kuando - Kubango, filho de [REDACTED] e de [REDACTED], residente em Manongue no bairro [REDACTED].

Realizado o julgamento e respondidos os quesitos, por acórdão de 23 de Abril foi a acusação julgada procedente porque provada e, em consequência, os réus condenados nos seguintes termos:



Câmara Criminal

Absolver o réu [REDACTED] e [REDACTED] do crime de Homicídio qualificado, mandando - os em paz e em liberdade para junto do seio familiar.

E por outro modo, condenar o réu [REDACTED] na pena de 20 (vinte) anos de prisão maior pelo crime de Homicídio qualificado, no pagamento de Kz.50.000,00 (cinquenta mil kwanzas], de taxa de justiça, Kz. 2.500,00 (dois mil quinhentos kwanzas], de emolumentos ao defensor oficioso.

Acordam ainda os Juízes do Tribunal constituído condenar o réu [REDACTED] na pena de 16 (dezasseis) anos de prisão maior pelo crime de Fogo Posto, porém, o tribunal atenuou extraordinariamente a pena aplicada ao réu substituindo - a, nos termos do nº 1 do art.º94 do Código Penal, pela pena de 9 (nove) anos de prisão maior, porquanto o colectivo de Juízes concluiu que o réu [REDACTED], à data dos factos, o réu foi movido pela crença no feiticismo e que a vítima nos autos era feiticeiro e, concomitantemente, o responsável pela morte do seu ente querido.

Vai ainda o réu [REDACTED] condenado no pagamento de kz. 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), de taxa de justiça e kz. 2.000,00 (dois mil kwanzas), de emolumentos ao defensor oficioso.

Desta decisão, interpôs recurso o Ministério Público, por imperativo legal, nos termos do artigo 473º e 647º n.º 2, § 1 parágrafo, do Código de Processo Penal, pelo que está dispensado de apresentar alegações e conclusões.

Subidos os autos a esta instância, foram com vista ao Digníssimo Magistrado do Mº Público junto deste Tribunal, que emitiu o douto parecer que se transcreve:

Estamos de acordo com o diagnóstico jurídico - penal fixado pelo Tribunal recorrido, no que tange a absolvição dos co - réus, [REDACTED] e [REDACTED], porquanto, nos vários passos da instrução preparatória e, bem assim, nos do



Câmara Criminal

juízo não se colher prova de os mesmos terem participado da agressão que vitimou [REDACTED].

O uso do n.º 1 do artigo 94.º do Código Penal deve ser extensivo para o réu [REDACTED] pela crença no feiticismo.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Objecto do recurso

É jurisprudência corrente dos Tribunais Superiores que o âmbito do recurso se afere e se delimita pelas conclusões formuladas na respectiva motivação sem prejuízo da matéria de conhecimento oficioso.

Como é sabido, os fundamentos dos recursos devem ser claros e concretos, pois aos Tribunais não incumbe averiguar a intenção dos recorrentes, mas sim apreciar as questões submetidas ao seu exame.

As conclusões das motivações não podem limitar-se a mera repetição formal de argumentos, mas constituir uma resenha clara que proporcione ao Tribunal Superior uma correcta compreensão do objecto dos recursos. No caso, o recurso interposto pelo M.º P.º foi por imperativo legal e, nessa conformidade, não está obrigado a apresentar alegações, nem conclusões (*Ex vi* do art.º 690.º do C.P. Civil), pelo que, tem este Tribunal maior amplitude na determinação das questões a conhecer.

Neste concreto, uma leitura atenta do acórdão recorrido permite-nos desde logo detectar a contradição insanável entre a fundamentação de facto e a decisão porquanto o Tribunal não fez constar os factos que integram o elemento material e subjectivo do crime pelo qual o Réu [REDACTED] veio a ser condenado, sendo esta a questão a decidir.

Questão Prévia



Câmara Criminal

Antes de nos pronunciarmos sobre o objecto do recurso, tendo em conta a função didáctica que este tribunal Supremo deve necessariamente assumir, nesta fase de solidificação do nosso ainda jovem Estado de Direito, algumas considerações sobre a decisão recorrida.

Quanto ao acórdão proferido pelo Tribunal da primeira instância, não podemos deixar de começar por dizer que a estrutura externa utilizada na elaboração da sentença colocada em crise, constitui um *erro in procedendo*, na medida em que não obedece às normas processuais em vigor (artigo 455º do CPP) que, até poderá não contender com a justeza da decisão mas, tendo em conta que estamos inseridos num sistema jurídico em formação e por questões pedagógicas, deve ser evitado.

Os requisitos da sentença condenatória são nos termos do aludido dispositivo:

- 1 - Identificação completa do Réu;
- 2 - Indicação dos factos de que é acusado;
- 3 - Os factos que se julgaram provados, distinguindo os que constituem a infracção dos que são circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 4 - A citação da lei penal aplicável;
- 5 - A condenação na pena aplicada, indemnização por perdas e danos e imposto de justiça;
- 6 - A ordem de remessa do respectivo boletim para o registo criminal;
- 7 - A data e assinatura dos juízes.

Nos termos do aludido dispositivo do C.P.C., o julgador deverá ainda proceder à explicitação do seu processo de convicção.

Por outro lado, todas as decisões dos juízes devem ser fundamentadas e, nessa medida, a sentença ou acórdão carece de melhor explicitação, quer quanto à convicção do julgador, quer quanto ao enquadramento jurídico efectuado.



Câmara Criminal

Relativamente à medida concreta da pena, nada se explica ou sustenta atendendo aos elementos do artigo 84 do Código Penal.

Ora, no caso em análise, o Tribunal "*a quo*", na parte respeitante aos factos dados como provados, para além de uso de uma linguagem pouco cuidada e praticamente incompreensível, (o que não podemos deixar de lamentar, porquanto estamos perante um texto redigido por um Juiz), não obedece a uma ordem cronológica e o elemento material e subjectivo não está sequer descrito quanto ao crime de homicídio e quanto ao crime de fogo posto apenas consta o elemento material e de forma incorrecta, porquanto o Tribunal dá como provado que o Réu [REDACTED] confessou que ateou fogo, quando deveria ter escrito apenas que o Réu Mário ateou fogo à casa da vítima, com intenção de a fazer arder, agindo consciente e livremente e sabendo da ilicitude da conduta.

A confissão deve constar da motivação da decisão e não dos factos provados.

Depois, o julgador deve explicitar o seu processo de convicção para que os destinatários possam saber de que forma valorizou a prova e o porquê da maior relevância de algumas. Trata-se de uma fase importante da sentença (diremos mesmo, a mais importante), porquanto permite uma melhor sindicância da decisão do julgador que aprecia de acordo com sua livre convicção, mas não de forma arbitrária, e permite a esta instância superior, uma melhor avaliação do que se passou, dada a falta o princípio da imediação tão importante para a valoração da prova.

No caso, apesar de haver referência à motivação, limita-se a referir com base nas declarações dos Réus, dos declarantes, sem fazer a análise crítica da prova.

No que à determinação da medida da pena respeita não estão fundamentados os elementos a que se deve atender para a gradação da medida da pena.

Concluindo, não podemos deixar de lamentar estas falhas técnicas principalmente porque, tendo em conta o número de intervenientes e os crimes praticados, há que haver muita



Câmara Criminal

cautela na análise da prova, que fica comprometida pela dificuldade de se entender os factos provados.

Tecidas estas considerações do ponto de vista técnico, passemos agora à análise do objecto do recurso.

a) Contradição entre a fundamentação de facto e decisão.

Por nos parecer relevante é este o teor da decisão recorrida:

(...) *“Discutiu-se a causa, os réus [REDACTED] e [REDACTED] declararam-se inocentes, quanto ao crime de homicídio qualificado e o Tribunal considerou provado a seguinte matéria de facto:*

No dia 3 de Outubro de 2013, [REDACTED] fugiu de sua casa, para se proteger das pessoas que o acusavam de ter morto [REDACTED], ente querido dos réus, com recurso a práticas de feitiçaria. Em acto contínuo, o réu refugiou-se em casa do [REDACTED], tcp [REDACTED], soba adjunto.

Entretanto foi descoberto por um grupo de indivíduos liderados pelo réu [REDACTED], que, por sua vez e com recurso a força, o levaram até casa, onde se passou o óbito do [REDACTED]

E antes porém, o réu [REDACTED] acusou a vítima de ser feiticeira, bem como os sobas que o estavam a proteger, nomeadamente o Soba [REDACTED].

Acontece que no local, [REDACTED] foi agredido fisicamente por uma multidão, por sua vez, motivada por acreditar religiosamente que vítima, [REDACTED], enfeitiçou o [REDACTED], que morreu no dia 2 de Outubro do mesmo ano.



Câmara Criminal

Entretanto, não se conseguiu precisar os indivíduos que efectivamente agrediram [REDACTED], que foi abandonado já sem vida e estatelado no chão, com lesões generalizadas pelo corpo todo.

Por outro lado o réu [REDACTED] confessou ter sido ele próprio quem ateou fogo à casa da vítima, em retaliação a morte do seu irmão [REDACTED] e concomitantemente pelo facto de a vítima ter fugido para não ser responsabilizado pelos seus actos, porquanto do seu ponto de vista era a vítima o feiticeiro e causador da morte do seu ente querido [REDACTED].

MOTIVAÇÃO

O Tribunal fundou a sua convicção com base nos seguintes elementos probatórios:

A participação criminal;

O interrogatório dos réus;

O depoimento dos declarantes;

Doc. De fls.7 dos autos.

O DIREITO

O quadro fático descrito permite-nos tão-somente afirmar que efectivamente o réu [REDACTED] cometeu o crime de homicídio qualificado, previsto e punível pelo nº2 do art.º351º do Código Penal, como instigador. Agravado pelas circunstâncias 10ª (crime cometido por várias pessoas); 20ª (ter sido o crime cometido com qualquer meio de publicidade ou por forma que a execução possa ser presenciada, nos casos em que a gravidade do crime aumente com o escândalo da publicidade) e 29º (desprezo a idade da vítima), todas do artigo 34º Código Penal e, atenuam a sua responsabilidade criminal as circunstâncias 1ª (ausência de antecedentes criminais) e 23ª (humilde condição socioeconómica do réu), do art.º39º do Código Penal.



Câmara Criminal

Entrementes, consta dos autos e da prova produzida em audiência de julgamento, matéria fáctica suficiente para que se afirme por parte do Tribunal que o réu [REDACTED] cometeu efetivamente o crime de fogo posto, previsto e punível pelo art.º 463º, n.º2 do Código Penal. Agravado pelas circunstâncias 20º (ter sido o crime cometido com qualquer meio de publicidade ou por forma que a execução possa ser presenciada, nos casos em que a gravidade do crime aumente com o escândalo da publicidade) e 31g (ter resultado do crime outro mal além do mal do crime), ambas do art.º34º (código) Penal e atenuado pelas circunstâncias, 1º (ausência) de antecedentes criminais), 9º (confissão), 19º (danos) de natureza reparável) e 23º (humilde condição socioeconómica), todas do art.º 39º do Código Penal.

Porque senão vejamos:

Não existem provas de que os réus nomeadamente, [REDACTED] e [REDACTED] tenham participado da agressão que resultou na morte de [REDACTED].

Outrossim, as palavras proferidas pelo réu [REDACTED], sic "não te metas nisso, porque o assunto não diz respeito aos Sobas. E vocês também são feiticeiros", são efectivamente bastantes para concluirmos que ele agiu com dolo, i.e. intenção de instigar os demais a agredirem fisicamente [REDACTED].

Por outro lado, o réu [REDACTED] agiu sozinho e voluntariamente quando incendiou a casa habitada pelo [REDACTED] e a sua família. Consumindo assim todos os pertences da família da vítima.

DA MEDIDA DA PENA

Nos termos do nº2 do art.º 351º do Código Penal, a penalidade a aplicar ao réu [REDACTED] é a de 20 a 24 anos de prisão maior.



Câmara Criminal

O nº 2 do art.º463º do Código Penal é a 16 a 20 anos de prisão maior.

Os réus primários, e apenas o réu [REDACTED] foi confesso.

DISPOSITIVO

Em face de tudo o quanto foi exposto, os Juízes deste tribunal julgam procedente porque provada a douta acusação e em consequência acordam em nome do povo angolano absolver os réus [REDACTED] e [REDACTED] do crime Homicídio Qualificado mandando-os em paz e em liberdade para junto do seio familiar.

E, por outro, condenam o réu [REDACTED] na pena de 20 anos de prisão maior pelo crime de Homicídio Qualificado, no pagamento de Kz 50.000,00 de taxa de justiça e Kz 2.000,00 de emolumentos ao defensor oficioso.

Acordam ainda os Juízes do Tribunal constituído condenar o réu [REDACTED] na pena de 16 anos de prisão maior pelo crime de fogo posto, porém o tribunal atenuou extraordinariamente a pena aplicada ao réu, substituindo-a, nos termos do nº1 do art.º94º do Código Penal, pela pena de 9 anos de prisão maior, por quanto o coletivo de juízes concluiu que o réu [REDACTED] a data dos factos o réu foi movido pela crença no feiticismo e que a vítima nos autos era feiticeiro e concomitantemente o responsável pela morte do seu ente querido.

Vai ainda o réu [REDACTED] condenado no pagamento de 50.000,00 de taxa de justiça e Kz 2.000,00 de emolumentos ao defensor oficioso...”

O vício entre a fundamentação e a decisão ocorre quando, de acordo com um raciocínio lógico na base do texto da decisão, por si ou conjugado com as regras da experiência comum, seja de concluir que a fundamentação justifica decisão oposta, ou não justifica a decisão, ou torna-a fundamentalmente insuficiente, por contradição insanável entre os factos provados, entre os factos provados e não provados, entre uns e outros e a indicação e a análise dos meios de prova fundamentos da convicção do Tribunal.



Câmara Criminal

Ou, como referem Simas Santos e Leal Henriques, *"Por contradição, entende-se o facto de afirmar e de negar ao mesmo tempo uma coisa ou a emissão de duas proposições contraditórias que não possam ser simultaneamente verdadeiras e falsas, entendendo-se como proposições contraditórias as que tendo o mesmo sujeito e o mesmo atributo diferem na quantidade e qualidade. Para os fins do preceito (al. b) do nº2) constitui contradição apenas e tão só aquela que, expressamente se postula, se apresente como insanável, irreductível, que não possa ser integrada com recurso à decisão recorrida no seu todo, por si só ou com auxílio das regras da experiência comum... "*

Estamos ainda em presença de contradição insanável nas situações em que existe um vício ao nível das premissas que determina uma formação defeituosa da conclusão: se as premissas se contradizem, a conclusão logicamente correcta é impossível.

A contradição insanável ocorre no seio da fundamentação e entre a fundamentação e a decisão. A fundamentação, para efeitos deste preceito e do próprio conceito, é não só aquela que se reporta ao facto, mas, também a que se reporta à decisão e a esta na sua relação com a fundamentação de facto.

Sendo estes os pressupostos da verificação do vício invocado, é fácil descortinar dessa contradição no texto da decisão recorrida.

Com efeito, no caso em análise, olhando para os factos dados como provados resulta manifesto que em momento nenhum o Tribunal dá como provado que o [REDACTED] agrediu fisicamente a vítima causando-lhe lesões que foram causa directa e necessária da sua morte, com intenção de lhe retirar a vida (o tal vício ao nível das premissas que não permite decidir pela condenação).

Bem pelo contrário, o Tribunal dá como provado que e passamos a transcrever uma outra vez: "... **no local [REDACTED] foi agredido fisicamente por uma multidão, por sua vez, motivada por acreditar religiosamente que a vítima, [REDACTED], enfeitiçou o [REDACTED], que morreu no dia 2 de Outubro do mesmo ano.**



Câmara Criminal

Entretanto, não se conseguiu precisar os indivíduos que efectivamente agrediram [REDACTED], que foi abandonado já sem vida e estatelado no chão, com lesões generalizadas pelo corpo todo...”

Pergunta-se: Face a estes factos onde o tribunal afirma perentoriamente não ter determinado quem matou a vítima como pode condenar o Réu a 20 anos de prisão pela prática de um crime de homicídio ainda que como instigador?

A resposta só pode ser uma – não pode.

E não porque o ter dado como provado que a vítima foi descoberta por um grupo de indivíduos liderados pelo Réu [REDACTED]...e que este acusou aquela de ser feiticeira, perante os factos que verteu na matéria apurada, não pode sequer dizer que foi o instigador. Nunca referiu na matéria apurada que o Réu instigou os demais a que tirassem a vida da vítima e que um ou mais indivíduos por ele orientados, não concretamente determinados, o tivessem feito.

Subsiste assim, uma dúvida insanável que não permite a certeza absoluta exigida por qualquer condenação e, ao fazê-lo, o Tribunal incorre num erro grosseiro que salta à vista de qualquer homem médio que nem sequer necessita de ser licenciado em direito.

Mal andam os Tribunais ao proferir sentenças como estas. Eventualmente até foi o Réu mas, não conseguiu verter na matéria apurada os factos que integram o elemento constitutivo do crime, para concluir como concluiu.

As sentenças têm de ser claras para que o povo entenda os que administram a justiça em seu nome, ou seja, os Tribunais.

Esta decisão foi proferida de forma leviana e absolutamente reprovável do ponto de vista do réu e da vítima. Trata-se de um crime demasiado grave para ser tratado desta maneira.



Câmara Criminal

Assim, não resta a este tribunal outra alternativa que não seja a de concluir por uma contradição insanável entre a matéria de facto e decisão e absolver o Réu [REDACTED] à luz do princípio *“in dubio pro réo”*.

Quanto ao Réu [REDACTED], embora como se referiu em sede de questão prévia, os factos não estejam descritos como deveriam, conseguimos descortinar que o mesmo confessou a prática do crime de fogo posto por acreditar que a vítima era feiticeiro.

Concordamos com a atenuação extraordinária pelos motivos deficientemente expostos pelo Tribunal, mas que se resumem, à crença na feitiçaria.

A propósito da medida concreta da pena, importará dizer que a pena tem o fim de servir para manter e reforçar a confiança da comunidade na validade e na força de vigência da norma violada - e, assim, no ordenamento jurídico-penal, bem como, a de garantir a socialização do arguido.

São, assim, as finalidades relativas de prevenção, geral e especial, que justificam a intervenção do sistema penal e conferem fundamento e sentido às suas reações específicas. Isto é, como Figueiredo Dias in **“consequências jurídicas do crime”**, as referidas finalidades da punição são exclusivamente preventivas, não finalidades de compensação da culpa.

Diremos que das descritas finalidades, descortinamos uma alusão à finalidade de prevenção geral positiva - é através do reforço da consciência comunitária a respeito da validade desses bens jurídicos que se concretiza tal protecção.

A prevenção geral positiva traduz a ideia de que a pena aplicada ao agente deve manter e reforçar a confiança da comunidade na validade e eficácia das normas jurídico-penais como instrumentos de tutela de bens jurídicos.

A pena tem, pois, de corresponder às expectativas da comunidade.



Câmara Criminal

Por sua vez, na reintegração do agente na sociedade, identificamos a finalidade de prevenção especial positiva. Nesse sentido, a pena tem como finalidade reinserir socialmente o agente através da sua adesão aos valores e princípios da comunidade, evitando, deste modo, a prática pelo agente de novos crimes.

Nos termos do artigo 84.º do Código Penal, “a aplicação das penas, entre os limites fixados na lei para cada uma, dependerá da culpabilidade do delinquente, tendo-se em atenção a gravidade do facto criminoso, os seus resultados, a intensidade do dolo ou grau de culpa, ou motivos do crime e personalidade do delinquente”.

Assim, enquadrada juridicamente a conduta do arguido, e tendo-se concluído pela sua responsabilidade criminal, importa agora expor os fundamentos que irão presidir à escolha e medida da pena a aplicar ao arguido, dentro da moldura abstractamente prevista na lei que é de prisão maior de 16 a 20 anos atenuada extraordinariamente nos termos do art.º 94.º n.º 1 que manda aplicar as penas menos graves.

"in casum" o aresto posto em crise embora não seja claro, porque deficientemente fundamentado, condenou o arguido numa pena prevista no n.º 4 do art.º 55.º, ou seja, entre 8 a 12 anos, portanto, situada um pouco acima do limite mínimo, tendo em conta as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Feita esta breve análise, tendo em conta o disposto no citado art.º 84.º do C. Penal, para efeitos de determinação da medida concreta da pena, o Tribunal deverá atender, nomeadamente, ao grau de ilicitude do facto, à culpa do agente, à intensidade do dolo ou negligência, aos sentimentos manifestados no cometimento do crime, aos fins ou aos motivos que o determinaram, às condições pessoais do agente e à sua situação económica, à conduta posterior e anterior ao facto e à falta de preparação, revelada através dos factos, para manter uma conduta conforme às prescrições ético-jurídicas.

No caso em apreço, as exigências de prevenção geral são medianas.



Câmara Criminal

O grau de ilicitude é de intensidade relativa, tendo em consideração o resultado, enquanto o dolo é directo.

O motivo do crime - crença na feitiçaria serviu para lançar mão da atenuação extraordinária.

A ausência de antecedentes criminais do arguido, condição económica e a confissão pesam favoravelmente.

Assim, face ao exposto, atendendo às exigências de prevenção especial positiva que se fazem sentir no caso, e considerando as circunstâncias que depõem contra e a favor do arguido, entendemos que a pena imposta se deve situar nos 8 anos de prisão.

Decisão.

Pelo exposto os Juízes que constituem esta Câmara Criminal **julgam parcialmente provado e procedente o recurso e, em consequência, decidem:**

- 1- Absolver o réu [REDACTED] do crime de Homicídio Qualificado, usado o princípio “*in dubio pro reo*”;**
 - 2- Condenar o réu Moisés [REDACTED] na pena de 8 (oito) anos de prisão maior e na indemnização Kz 1.000.000,00 (Um Milhão de Kwanzas) a favor dos familiares das vítima.**
 - 3- Declarar perdoadada um $\frac{1}{4}$ da pena, nos termos do n.º1 do art.º2º da lei 11/16 de 12 de Agosto**
- Notifique**

Luanda, 17 de abril de 2018

José Martinho Nunes

Joel Leonardo

Daniel Modesto Geraldês